
A LESTE TUDO DE NOVO

José Lello

A LESTE TUDO DE NOVO (*)

A. O espaço europeu, desenhado em Yalta, está em profunda mutação. Contudo, desta vez, tal não decorre de qualquer conflito armado. Bem pelo contrário, a semente da mudança teve origem em aspectos de ordem puramente económica, bem como na contestação popular a um sistema que definhava, sem soluções, nem perspectivas. Contudo, seriam as transformações encetadas na União Soviética, por Mikhail Gorbatchev, a pedra-de-toque para o início de uma nova era a Leste.

Aliás, um dos aspectos mais surpreendentes destas mudanças, para além da fulgurante e avassaladora onda que em breves meses varreu todos aqueles países, seria o desaparecimento tão repentino das lideranças dos partidos comunistas longa e solidamente aí instaladas.

O que, no começo, eram centenas, cedo passaram a milhares de cidadãos gritando por liberdade e eleições livres nas ruas de Varsóvia, na Praça Venceslau, em Timisoara. Ou, então, em frente ao muro de Berlim que, qual muralha de Jericó, ruiria, e, com ele, a velha ordem comunista.

Mau grado todas estas tomadas da Bastilha, apenas na Roménia a transição seria marcada pela violência e o genocídio. Nas restantes situações, a tradição não violenta, racionalista e cívica das oposições que durante quarenta anos conseguiram sobreviver à coacção de regimes discricionários e policiais, venceu, pela persuasão, o poderio das polícias políticas, dos generais e das nomenclaturas.

As mudanças seriam acompanhadas por alterações profundas do quadro constitucional vigente no velho regime, designadamente através da denúncia do papel liderante do Partido e da aceitação do multipartidarismo e da economia de mercado, característicos dos regimes ocidentais.

Curiosas seriam também as tentativas de salvar o espaço de manobra

(*) Este texto corresponde a uma comunicação produzida em 29 de Abril de 1990. Por tal motivo, face à rapidez da evolução dos acontecimentos na Europa de Leste, terá, necessariamente, de ser considerado como um escrito datado.

do velho partido, agora confrontado com a concorrência eleitoral de novos e plurifacetados agrupamentos políticos. Assim, investidas as novas lideranças, de preferência sem comprometimentos visíveis com o poder do estado comunista, os partidos em reformulação reordenariam as suas missões e orientações políticas, alterando velhas designações para outras mais adequadas aos novos tempos, através do recurso a designações como «democrático e socialista».

Assim mesmo, depois do funeral em praça pública do velho sistema, seriam agora os seus herdeiros legítimos a enterrarem-no de facto, exorcizando os seus símbolos e abjurando os seus rituais.

Por isso, poder-se-á dizer que 1989 foi o ano em que o comunismo morreu.

E para encontrar um ano tão crucial e determinante na história da Humanidade, teríamos que recuar no tempo e na História. Porventura, teríamos de citar 1789, e a Revolução Francesa, ou 1917, e a Revolução Bolchevista, que constituíram, tal como o ano transacto, verdadeiros cataclismos que abanaram e subverteram o *status quo* social e político vigente.

Novas formações políticas surgiriam ao ritmo da queda das anteriores. E se, na Alemanha Oriental, o aparecimento do Novo Fórum cedo seria esbatido pelo crescendo de influência dos homónimos dos partidos hegemónicos da RFA, já nos restantes países de Leste o surgimento dos novos partidos decorreria, espontaneamente, em função de outro tipo de designios e correspondendo aos sentimentos de franjas específicas da sua população. Na verdade, os *fora* democráticos que inicialmente sugiram nesses países tinham como preocupação dominante a ocupação de espaços vazios, tentando aglutinar os cidadãos em torno de ideias de democracia e liberdades e de desideratos políticos específicos e nacionais. Pelo contrário, seriam outras as motivações do Solidariedade polaco, do Eco-Glasnost da Bulgária, assim como de grupos como o Público Eslovaco Contra a Violência ou do Partido Cristão Nacional dos Camponeses, da Roménia, o Partido dos Camponeses, da Roménia, o Partido dos Pequenos Proprietários Independentes, da Hungria, ou de tantos outros novos agrupamentos políticos criados em função de preocupações ecológicas, sociais e étnicas e regionais.

Entretanto, da explosão da política pura, como novo ingrediente especialmente apetecido pelos cidadãos de Leste, aprendizes atentos dos mecanismos da democracia, cedo se recortariam, claros, os indícios de que

os eleitores desses países jamais se reconciliariam com o velho sistema, com as suas estruturas — mesmo aqueles que entretanto se submetteriam a apressadas *maquillages* — e com os métodos do passado. Assim, em eleições livres, o Solidariedade provaria nas urnas que a mudança tinha o aval popular. E não fora a reserva de 65 por cento dos lugares no Parlamento, previamente assegurada, sublinhe-se, pelo comunistas no poder, e estes seriam praticamente varridos desse órgão de soberania.

Na RDA iniciar-se-ia um novo ciclo, em que tudo estaria em jogo sem quaisquer condicionalismos preliminares. Aí ganharia a direita, como aconteceu também na Hungria, onde democratas-cristãos e liberais polarizaram a votação.

Não é de estranhar. Pois os fenómenos políticos, em muitos aspectos, são regulados pelas leis do pêndulo, um instrumento físico que tende a oscilar para o lado diametralmente oposto quando desviado da sua posição central de equilíbrio.

B. Nada do que vem acontecendo na Europa de Leste seria previsível quando Gorbatchev assumiu o poder na União Soviética em Março de 1985.

Com efeito, Mikhail Gorbatchev surgia como um reformador que, tal como Pedro, *O Grande*, sendo um patriota russo, pretendia o reforço do papel liderante da grande potência, modernizando o sistema, sem alterar basicamente a sua essência. Procuraria, assim, dinamizar a estrutura produtiva, racionalizando processos, rentabilizando os investimentos e abalando os alicerces da pesada máquina burocrática do Estado. Isto, como se referiu, com o intuito de suscitar o relançamento do poderio da União Soviética no dealbar de um novo século

Com efeito, no consulado de Youri Andropov que as estruturas liderantes do país se começariam a dar conta de que, face ao seu atraso em áreas estratégicas determinantes, a URSS correria um sério risco de se transformar, a breve trecho, numa potência meramente secundária.

Na verdade, a União Soviética deparava-se com uma situação de declínio tal que, à míngua de reformas profundas, de superpotência, em breve se transformaria em irrelevante potência de segunda ordem.

A sua despesa militar correspondia a 15% do Produto Interno Bruto, enquanto no Ocidente essa relação era da ordem de 5 por cento.

Por outro lado, a dinâmica de desenvolvimento económico e tecnológico das novas potências como o Japão, a par da supremacia científica da tecnologia de ponta norte-americana, bem como, face à perspectiva de uma Europa unificada depois de 1992 — com a previsibilidade de um acréscimo no seu produto global da ordem de 5 a 7 por cento —, deu perfeita consistência aos receios dos analistas governamentais soviéticos de que o fosso científico e tecnológico entre os dois blocos liderantes cedo seria intransponível.

Assim, impor-se-ia a assunção de, por um lado, um conjunto de reformas internas que ultrapassassem inércias e potenciasses uma economia que se revelava improdutiva e decadente, e, por outro, que se relançassem iniciativas diplomáticas em ordem a encontrar os consensos internacionais que viabilizassem acordos consistentes no domínio da redução drástica dos armamentos estratégicos e das forças convencionais. Procurava-se, desse modo, a retenção de apreciáveis recursos para o financiamento das reformas estruturais e, também, desviar o eficiente aparelho produtivo militar para a produção de bens de consumo. A poupança assim conseguida, em 1988, poderá ser estimada em 15,5 biliões de dólares. Caberia pois a Gorbachev o papel de difundir a necessidade de o país enveredar pela via das reformas profundas, ou seja, por assumir uma opção que teria mais tarde consagração generalizada na Perestroika.

É então o momento de redefinir todos os vectores da política externa soviética, de molde a concentrar todos os recursos disponíveis nos objectivos de reestruturação interna.

Fiel a esses princípios, Gorbachev, em Fevereiro de 1987, afirmaria:

— Mais do que nunca, hoje, a nossa política externa é ditada pela nossa política interna e pelo nosso interesse em concentrar esforços em actividades construtivas para benefício do nosso país. É por isso que temos necessidade de uma paz durável e de relações internacionais frutuosas e previsíveis.

Ora, tal declaração ilustra bem toda uma estratégia política que Gorbachev vem seguindo, em ordem a cumprir os objectivos de ordem interna que foram a sua motivação predominante. Daí que, coerentemente, o exército vermelho tenha retirado do Afeganistão e da Checoslováquia, enquanto que a União Soviética vem esbatendo a sua presença de apoio internacionalista ao Terceiro Mundo. Em reflexo desta nova atitude, a diplomacia soviética foi buscando entendimentos, pressionando armistícios e suscitando

tratados de paz em diversificadas regiões do Globo, onde se eternizavam sangrentos conflitos periféricos.

É, também, nesta altura que o Ocidente se dá conta da credibilidade destes projectos de mudança. Exactamente quando o Kremlin assumiu, de modo claro e inequívoco, o abandono da Doutrina Brejnev da soberania limitada.

Divisava-se assim uma nova linha na política soviética em relação aos países da Europa Central. Política que seria crismada por Gennady Gerasimov como a Doutrina Sinatra — no quadro da qual, as democracias nascentes seguiriam o seu caminho — *My Way* — conforme o estribilho da célebre canção sublinha.

Estava, assim, aberto o caminho para a liberalização que ocorreria, depois, nos países europeus aliados da URSS. Estavam, também, afastados os receios do intervencionismo soviético idêntico ao que ocorrera em 1956 em Budapeste e em 1968 em Praga.

Churchill disse, um dia, que não aceitaria ser o primeiro-ministro para coordenar a liquidação do Império Britânico. Contudo, apesar dessa convicção, ele iria proceder exactamente como se fora esse o seu objectivo primordial.

Também Gorbachev assumiria o Poder para salvaguardar o Império Soviético, e o facto é que corre o risco de assistir à sua total desintegração. Em primeiro lugar, foram os estados tampão que, sucessivamente, foram assumindo os seus destinos, escolhendo os seus governos e elegendo quais os países que pretendiam ver como seus amigos preferenciais. Depois, foram as crises internas: étnicas, nacionalistas, religiosas e secessionistas. Posto perante os seus trabalhos de Hércules, pragmático, Gorbachev foi adaptando o seu caderno de encargos aos desafios com que se ia deparando. E foi assim que uma política visando à partida a mera reforma do sistema — a tal *perestroika* gorbacheiana — iria, enfim, colocar tudo em causa, designadamente o sistema, através da Glasnost, a tão consagrada transparência, avanço portentosa da política pura.

No domínio externo Gorbachev foi seguindo exactamente o caminho inverso de Leonid Brejnev. Já no âmbito interno a sua trajectória de poder passal seria idêntica, assumindo contudo bem mais competências e prerrogativas do que as que possuía o então designado Czar vermelho.

Ao tempo de Brejnev, a União Soviética visava uma paridade estratégica

com os EUA, tendo, inclusive, modernizado as suas forças convencionais ao ponto de obter uma superioridade nesse domínio específico, ao mesmo tempo que estruturava uma eficaz marinha de guerra, especialmente poderosa em termos de submarinos.

Brejnev considerava essa superioridade essencial para os efeitos da dissuasão e da *détente*.

Este investimento massivo em termos de defesa seria apenas possível na medida em que a URSS o financiaria com as suas vendas de petróleo ao exterior.

Numa altura em que as cotações deste bem se encontravam altamente apreciadas na decorrência dos choques petrolíferos de 73 e 79. Grande produtor de ouro, também beneficiaria da alta cotação que, entretanto, este metal registaria na década de 70.

As iniciativas de Brejnev no plano militar não teriam paralelo no campo diplomático, como se verificou com a evolução do processo de instalação na Europa Ocidental dos mísseis de alcance intermédio. Por outro lado, tal política iria absorver imensos recursos numa fase vital da chamada terceira revolução industrial.

Pelo contrário, Gorbatchev vai desinvestindo no plano militar ao mesmo tempo que vai registando êxitos substanciais no campo diplomático.

No plano nacional interno, se os problemas com que se depara Gorbatchev são incomparavelmente mais sensíveis que os que se perspectivam ante Leonid Brejnev, já em termos de poder pessoal o âmbito das competências hoje detidas por Gorbatchev revelam a sua preocupação em consolidar o seu espaço de manobra. Num momento em que muito do que eram os símbolos expressos do poder está em crise, quando o Partido perde o monopólio da representação política, com a queda do célebre artigo 6.º, e as repúblicas periféricas à federação russa entram em turbulências étnicas nacionalistas, a concentração tão extensa de poderes na pessoa do Presidente confere-lhe um papel extremamente relevante na arquitectura do futuro da União.

Papel que se afigura, todavia, extremamente difícil. O crescimento económico conhece uma diminuição da ordem dos 1,5 por cento, enquanto que o défice orçamental do passado ano ultrapassaria os 160 biliões de dólares, rondando assim os 10 por cento do PNB.

Por outro lado, permanece insuficiente o abastecimento público de

bens de consumo corrente, e, de 1200 produtos de consumo básico, 1000 faltam regularmente nos mercados.

Um terço da produção alimentar perde-se por carências de transporte, armazenagem e ausência de redes de frio. Assim, em 220 produtos alimentares básicos só 20 existem correntemente nas lojas, e, todas as semanas, sistematicamente, é mais um que desaparece. Os problemas energéticos, os laborais, os transportes paralisados por falta de investimento e de manutenção em estradas e no caminho-de-ferro, a resistência pública dos consumidores, desconfiados do sistema capitalista e nostálgicos do tempo de Brejnev, todos estes são alguns dos aspectos da extensa panóplia de problemas com que Gorbachev se depara. Todavia, a manutenção do império será, porventura, a prioridade actual das suas preocupações maiores.

Com efeito, tal qual o velho império austro-húngaro, a União Soviética defronta-se com o problema nacional. O que é patente através da eclosão de múltiplos incidentes étnicos e tentativas de secessionismo da União: das repúblicas bálticas, ou enclave de Nagorno-Karavak, da Moldávia e da Geórgia à Ucrânia, ou, então, do Arzebeijão a toda essa cintura asiática de islamismo envolvente da grande Federação Russa.

As perspectivas não parecem ser demasiado aliciantes e, como refere o Prof. Paul Kennedy, todos os velhos impérios multinacionais — desde o otomano ao britânico — jamais se retiraram para a sua base étnica enquanto não foram derrotados num conflito de grandes potências, ou foram de tal modo enfraquecidos pela guerra que a sua retirada se tornou politicamente inevitável.

Ora, conforme vem sendo tradição, em momentos de grande dificuldade, como aconteceu nos primeiro e segundo conflitos mundiais, a URSS sempre conseguiu salvaguardar a coesão do império.

É por isso que a actual situação, sem precedentes anteriores, se recorta plena de interrogações sobre o futuro da União.

Incapaz de desencadear a autodeterminação de um império tão diversificado e extenso, a oligarquia que liderou a URSS sempre persistiu num sistema de poder essencialmente russo e centralizado em Moscovo.

Agora, Gorbachev ressent-se da onda de recriminações e exigências nacionais e étnicas, e de uma vaga de fundo que, sem inimigo externo credível ameaça, assim, submergir a velha ordem herdada do estalinismo e do próprio czarismo.

C. Os ventos de nacionalismo sopram igualmente mais a Oeste. Com efeito, revela-se perceptível tal sentido nesses povos sujeitos durante mais de quatro décadas a esquemas que relevavam o primado do internacionalismo proletário como lema e orientação prioritários das suas políticas externas. Nas primeiras manifestações na RDA as multidões entoavam, em unísono, a frase «Wir sind das Volk» —que significa qualquer coisa como nós somos o povo.

Pouco tempo depois, a palavra de ordem tinha já sofrido subtil alteração para: «Wir Sind Ein Volk» ou seja, nós somos um povo, o que vale por dizer uma nação.

Também na Polónia, na Checoslováquia, Roménia e Hungria se tornavam evidentes idênticas tendências.

A minguia de outros referenciais, nas manifestações de rua que marcavam o início da sua liberdade, presentes as bandeiras nacionais em profusão, despidas dos símbolos do Estado Comunista, marcavam o regresso à afirmação nacional. Cedo, os analistas ocidentais principiaram a falar do despontar dos nacionalismos.

Contudo, o que acontecia era simplesmente a descoberta do orgulho de se ser romeno, húngaro, checo e, por que não dizê-lo, alemão.

Ora, o patriotismo não é necessariamente o nacionalismo. Aliás, os actuais regimes de Leste serão porventura menos nacionalistas na sua prática que os seus predecessores, ao encararem os problemas como o alemão e o judeu com outra abertura e disponibilidade.

Não nos iludamos, contudo, porque persistem ainda alguns dos fantasmas do passado europeu recente.

O principal recorta-se na angústia que alguns países experimentam ao assistirem à dinâmica reunificadora que assola as duas Alemanhas, quando persistem ainda aspectos insuficientemente clarificados que decorrem dos termos do Acordo de Yalta.

É óbvio que se não poderão minimizar outros focos de potencial conflito, designadamente os que se relacionam com os problemas das minorias étnicas inseridas em países estrangeiros. Este é o caso da minoria húngara na Transilvânia Romena, onde os motins e desordem generalizada provocaram inúmeras vítimas, recentemente; é também a situação das minorias romenas na Moldávia soviética, o problema específico dos albaneses no Kosovo

jugoslavo, e, ainda, as minorias de ascendência alemã na Silésia e Pomerânea polacas, na Prússia Oriental soviética, na Roménia e Hungria.

Todavia, a questão que se perfila como fatora de maiores preocupações não só em relação aos vizinhos de Leste mas, igualmente, perante os países europeus ocidentais envolvidos nos conflitos mundiais deste século é, sem dúvida, a questão alemã.

D. Para se entender a manifesta falta de entusiasmo dos restantes europeus perante a perspectiva da reunificação alemã valerá a pena citar François Mauriac quando ele dizia que gostava tanto, tanto, da Alemanha que muito feliz ficava pelo facto de haver duas.

Com efeito, a reunificação traria à agenda das relações externas algumas questões que, do ponto de vista do Direito Internacional, ficaram sujeitas a alguma indefinição e muita ambiguidade tanto em Yalta como em Potsdam.

Em primeiro lugar, em função da ausência de um tratado de paz entre a Alemanha e os restantes países beligerantes, e, em segundo, por causa da sensível questão das fronteiras alemãs.

Com efeito, face à falta de precisão dos acordos de Yalta, juridicamente poderá ser possível sustentar que as fronteiras da Alemanha abrangem, para além da linha delimitada pelos rios Oder e Neisse, uma área hoje inserida na Polónia e que inclui parcelas territoriais do III Reich, como as províncias da Silésia e da Pomerânea, e parte da Prússia oriental, hoje anexada à União Soviética. Enfim, ao todo 102 000 kms quadrados, ou seja, uma área maior que a de Portugal.

Willie Brandt, na sua qualidade de chanceler de então da RFA, reconheceria a fronteira de Oder-Neisse. Contudo o Tribunal Constitucional federal alemão contestaria tal decisão, na medida em que a Constituição da RFA obriga a todos os governos de Bona a procurarem a Unificação alemã. Ora, até um eventual tratado de paz, as fronteiras alemãs serão as de 1937. Daí que, em termos constitucionais, a decisão de Brandt fosse inaceitável.

É nesse quadro que a direita alemã, e em particular o Partido Republicano, reclamam os território de Leste sob «administração polaca e soviética».

Compreendem-se assim as reservas polacas à reunificação alemã, tanto mais quanto o chamado corredor polaco esteve no cerne do desencadear da II Guerra Mundial.

A este propósito, o Presidente do Grupo Parlamentar do Solidariedade Bronislaw Geremek, chegaria a afirmar: «A única maneira de mudar a fronteira Oder-Neisse é a guerra.»

Compreendendo ser esta uma questão susceptível de gerar múltiplas desconfianças sobre o eventual recrudescimento do imperialismo alemão, Hans Dietrich Genscher faria um braço de ferro com o Chanceler Kohl, com o intuito de obrigar os democratas-cristãos alemães a seguirem o reconhecimento das fronteiras do pós-guerra, ratificadas na Conferência de Helsínquia. Enfim, a CDU iria reconhecer o Tratado de Varsóvia com a Polónia de 1970, o que implica a abdicação clara de qualquer reivindicação territorial a Leste. Acalmadas as preocupações polacas, Kohl procuraria dissipar os receios entretanto erigidos a Oeste. Assim, reiteraria a sua fidelidade à NATO e à integração económica europeia.

E, se ninguém duvida que as duas Alemanhas estarão unificadas antes do fim do ano, a polémica subsiste sobre qual poderá ser o método a seguir e o futuro estatuto do novo país.

Surgiram vários planos e posições, desde os de Kohl, Modrow a Genscher, e ao SPD, bem como ao próprio Bush. Foram vários os contributos de grande utilidade, de Schevardnaze, Jacques Delors, de Roland Dumas e outros. Contudo a dinâmica do processo iria tornar obsoletos quaisquer destes pontos de vista, pelo que, apenas se poderão reter pontos soltos de todo o debate que o tema da reunificação alemã tem suscitado.

Vejamos alguns tópicos:

1. O referendo pós-eleitoral na RDA (Kohl).
2. A criação de grupos interparlamentares (Kohl).
3. A Alemanha deverá manter-se na OTAN e na CEE, após a reunificação (Bush).
4. Quanto à questão das fronteiras alemãs haverá que aceitar a Acta Final de Helsínquia de 1975 (Bush).
5. Alemanha reunificada deverá ser neutral (Modrow).
6. A Alemanha deverá manter-se na OTAN; contudo o território da RDA deverá ser desmilitarizado (Genscher).
7. União Económica e Monetária das duas Alemanhas (Kohl).
8. A proposta de Modrow é a mais racional e correcta para a reunificação alemã (Schevardnaze).

9. Roland Dumas, Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, afirmaria que o seu país não quer a neutralidade alemã. Por isso concordará com a proposta de Bush de redução de tropas americanas estacionadas na Europa desde que esta iniciativa não conduza a uma neutralização precipitada da Alemanha nem ao *decoupling* entre os EUA e a Europa.

10. Os acontecimentos da Europa de Leste exigem uma aceleração da construção europeia (Jacques Delors).

11. A reunificação deverá realizar-se dentro do quadro europeu que englobe a OTAN (Khol).

12. Entretanto, o SG da OTAN, o alemão Manfred Wornier, diria que a OTAN estaria disposta a aceitar tropas da URSS no território da RDA por um período a negociar.

13. ANSCHLUSS — o artigo 23.º da Constituição da RFA permite que uma região alemã se coloque mediante referendo sob jurisdição do Governo federal. Tal aconteceu com o SARRE que, tendo sido ocupado pela França, usou o artigo 23.º em 1957 para se juntar à República Federal (tese popular no seio do actual Governo de Bona).

Enfim, a 18 de Março, com as eleições gerais da RDA, a vontade dos alemães de Leste em se reunirem num só país com os de Oeste ficaria expressivamente sublinhada. Aliás, os resultados eleitorais sugerem mesmo que o futuro do processo ficará ainda mais nas mãos da RFA.

Entretanto tinha início um ciclo de conversações entre as quatro potências vencedoras da última guerra mundial e as duas Alemanhas, em ordem à elaboração da agenda da reunificação.

Significativa terá sido a decisão de alargar a conferência à Polónia sempre que o problema das fronteiras figurar na ordem de trabalhos. Curiosa, também, seria a posição do Primeiro-Ministro Andreotti ao referir que os interesses da maioria dos países estão a ser ignorados.

E. O Futuro

Parece assim claro que a reunificação alemã se dará, de facto, pela via da união económica e monetária e pela sua integração no quadro comunitário. Ainda que a recuperação da economia Este alemã vá custar no mínimo 45 mil milhões de marcos.

Prevalecerá a tese de ANSCHLUSS, segundo a qual a reunificação se processará através da integração progressiva das províncias de Leste na actual RFA.

Aliás, as preocupações em torno da questão da integração europeia serão de molde a apoiar tal solução. Com efeito, a partir de 92 as fronteiras intereuropeias terão um valor meramente semântico. Assim, parece mais pacífica a integração da RDA na RFA que a abertura do precedente que constituiria a adesão individualizada da Alemanha de Leste à CEE.

Nesse sentido se pronunciará o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Roland Dumas, ao considerar tal solução mais simples e vantajosa para a Comunidade.

A manutenção da Alemanha na estrutura da Aliança Atlântica parece ser igualmente inevitável, tanto mais que, além de constituir uma solução desejada pelos seus aliados na OTAN, é também uma opção bem vista pelos seus vizinhos de Leste. A grande Alemanha neutral, entregue a si própria, como poderia ser controlada e por quem? Que estrutura poderia avaliar o seu grau de desmilitarização e de neutralização? Assim, os seus vizinhos preferem vê-la ancorada nas instituições ocidentais e integrada num sistema de segurança multinacional como é a organização do Atlântico Norte.

A neutralização parece ser solução de todo arredada, porque tudo mudou muito desde o longínquo ano de 1955 quando Krustschev dizia que a chave da questão alemã estava em Moscovo.

Aliás uma das missões prioritárias da OTAN no próximo futuro será a de ligar Bona ou Berlim ao Ocidente e submeter o seu potencial a um quadro de cooperação militar.

As alianças tenderão, pois, a evoluir de militares para político-militares. Ora a OTAN, uma aliança fundada em razão de preocupações em torno de princípios como a liberdade e a democracia pluralista, cedo adoptaria estruturas de cariz estruturalmente político na análise e debate de temáticas como a ciência e tecnologia, a cooperação industrial, a educação ou a economia. Quanto ao Pacto de Varsóvia, a sua constituição surgiria apenas como resposta militar à Aliança Atlântica e como contrapartida à sua linha política e à sua matriz social.

É neste quadro que James Baker preconizou um novo atlantismo, pelo qual a OTAN se transformaria numa aliança onde as vertentes política e

económica seriam complementadas pelas da segurança e da defesa de interesses comuns.

Perante a evolução dos acontecimentos na Mittle-europe vários políticos europeus iriam também referir-se à necessidade de a Europa manter uma estreita cooperação naqueles domínios com os EUA.

A esse propósito o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, durante a visita do Presidente Alemão Federal Weizsaecker, sublinharia, também, ser fundamental manter e mesmo reforçar os vínculos no interior da Aliança, designadamente através da presença de tropas norte-americanas em solo europeu.

Por outro lado, não será despidiendo sublinhar a importância presente da OTAN quanto à estabilização da Europa Central, como instrumento dissuasor importante em ordem à dissipação das tradicionais rivalidades intereuropeias.

Na verdade, a uma situação pautada por uma grande ameaça e uma grande estabilidade, sucedeu outra em que, sendo pequena a ameaça, a instabilidade é suficientemente grande para tornar o futuro imprevisível.

F. Mau grado todos os focos de tensão e instabilidade que se divisam e que se revelam sempre potenciadores de contendas localizadas, as perspectivas de conflitos de escalão mais elevado e susceptíveis de ampla generalização são, contudo, mínimas.

Isto porque está em curso um quadro de negociações que se vão revelando progressivamente mais prometedoras em ordem a atingirem-se níveis mais baixos de pressão armamentista.

Em Viena e Genebra estão em curso negociações com vista à redução de forças convencionais, bem como à criação de medidas de confiança e segurança na Europa, ou, então, visando a redução de armas estratégicas, a eliminação de armas químicas, ou o acordo sobre testes nucleares.

No quadro destas negociações, a par das discussões sobre os sistemas propriamente ditos, outros acordos se vão desenhando, tendo em vista o processo técnico da verificação das reduções negociadas. Assim, as previsões no âmbito do controlo de armamentos são razoavelmente optimistas. Os problemas surgirão apenas se a situação interna na União Soviética puser em causa a estabilidade do poder de Gorbatchev, o que o levaria, em desespero de causa, a ressuscitar a tese do inimigo externo.

Então sim, todos os avanços já feitos poderiam sofrer um revés que se poderia traduzir de imediato no congelamento do processo negocial.

Bem pior seria o regresso aos esquemas de dissuasão ao mais alto nível de ameaça dos tempos de Brejnev. Até porque os países não desconfiam uns dos outros pelo simples facto de estarem armados; pelo contrário, armam-se quando desconfiam uns dos outros.

José Lello
Deputado à A. R.